



1.1 • Conjuntura internacional

A ascensão do “Estado Islâmico”

Luis Tomé

ENTIDADE JIHADISTA, também frequentemente referenciada pelas designações precedentes – ISIL ou ISIS (Estado Islâmico do Iraque e do Levante / *ash-Sbām*) ou Da'ish/DAESH (acrónimo árabe de *Dawlab al-Islamiyah fil Iraq wa asb-Sbām*) –, o “Estado Islâmico” (EI) evoluiu a partir da al-Qaeda (AQ) no Iraque e ganhou proeminência tirando partido, sobretudo, dos ressentimentos sectários no Iraque e do caótico conflito na Síria.

Autoproclamado “Califado” desde o final de Junho de 2014, a ascensão do EI é um dos acontecimentos mais relevantes e perturbadores dos últimos anos para a segurança internacional.

Ideologia e antecedentes

Tal como a al-Qaeda (AQ), o EI baseia-se na ideologia salafista-jihadista (*al-salafiyya al-jihadiyya*) ou, simplesmente, “jihadismo”, ramo puritano do Islão Sunita que pretende o regresso da Comunidade Islâmica (*Umma*) às práticas ancestrais segundo a sua exclusiva interpretação da tradição do Profeta Maomé (*sunna*) e da lei islâmica (*sharia*), visando a criação de uma entidade político-religiosa na forma de “Emirato” ou mesmo “Califado”. Fazendo uma separação nítida entre os “verdadeiros crentes” e os “infieis”, os salafistas-jihadistas baseiam-se também na doutrina *Takfir* que sanciona a violência contra outros muçulmanos acusados de apostasia e descrença, proclamando ainda que a “guerra santa” (*jihad*) é a única forma de combater os inimigos e defender o verdadeiro Islão (Brachman, 2009). Porém, o EI distingue-se da AQ e de outros movimentos jihadistas, desde logo, por adoptar uma concepção ainda mais exclusiva do “Islão” e, portanto, menos tolerante para com os considerados “ramos islâmicos desviantes”, em particular o Xiismo – daí que, desde os seus antecedentes, o EI prossiga uma estratégia que visa instigar e instrumentalizar uma guerra sectária, fundamentalmente, contra os Xiitas. Por outro lado, organicamente, o EI sempre reclamou não ser apenas uma organização jihadista mas sim, literalmente, aquilo que as suas designações implicam: um verdadeiro “Estado” (Bunzel, 2014). Mais, um “Estado” com expressas ambições expansionistas e universais, repudiando todas as fronteiras estatais existentes e reconhecidas – várias referências e mapas do EI sugerem uma ambição que abarca todos os territórios dos califados históricos, da Península Ibérica (al-Andaluz) ao Sudeste Asiático.

A origem do EI remonta a grupos jihadistas existentes desde o final dos anos 1990, designadamente a *Jama'at al-Tawid wa-al-Jihad* liderada pelo jordano Musab al-Zarqawi que, na sequência da invasão americana do Iraque, em 2003, passou a atacar tanto os “invasores estrangeiros” como as populações xiita e curda que passavam a ter

predomínio no país na era pós-Saddam. Também por esta altura e com motivações similares, Abu Bakr al-Baghdadi (ou Ibrahim Awwad Ibrahim Ali al-Badri, nascido em 1971, em Samarra, no chamado “triângulo sunita” a norte de Bagdade) ajudou a estabelecer o *Jamaat Jaysb Abl al-Sunnab wal Jamaa*. Já em 2004, Bakr al-Baghdadi era capturado em Falluja pelos militares americanos e detido em Camp Bucca, enquanto Zarqawi se filiava na AQ e o seu grupo passa a ser conhecido por “Al-Qaeda no Iraque” (AQI). Em Junho de 2006, Zarqawi foi morto pelos americanos, passando a AQI a ser liderada por Ayyub al-Masri; paralelamente, em Outubro desse ano, algumas facções jihadistas agregadas no *Mujabideen Shura Council* (MSC) criaram o “Estado Islâmico no Iraque” (ISI), em que Abu Bakr al-Baghdadi ficou encarregue da supervisão geral do comité da *sharia* e a liderança do grupo entregue a outro al-Baghdadi, Abu Omar. O ISI foi concebido como um grupo independente e não como uma filial da AQ, mantendo a conduta de ataques sectários contra xiitas e curdos. Em 2010, após a morte de al-Masri e de Omar al-Baghdadi pelos americanos, Abu Bakr al-Baghdadi assumiria não apenas a liderança do ISI mas igualmente do movimento jihadista iraquiano.

“
A ascensão do EI é um dos acontecimentos mais relevantes e perturbadores dos últimos anos para a segurança internacional.
”

A partir de 2011, uma nova conjugação de factores iria favorecer a proeminência do ISI e de Bakr al-Baghdadi: i) a retirada americana do Iraque, deixando um país frágil e entregue ao governo xiita de al-Maliki; ii) a morte de Bin Laden, em Maio de 2011, significando não só a eliminação da principal referência do movimento jihadista mas também a fragilização da AQ e o recrudescimento de grupos independentes (Tomé, 2012); iii) a “Primavera Árabe” no Norte de África e Médio Oriente, desencadeando uma enorme turbulência e conflitualidade na região; iv) e a guerra civil na Síria, resultado da contestação ao regime do presidente xiita Bashar al-Assad e envolvendo facções com motivações diversas, centenas de grupos combatentes (chegaram a ser referenciados mais de 1000) e complexos “jogos de poder” envolvendo o Irão, a Rússia, os países árabes, a Turquia, a UE ou os EUA.

Foi neste quadro particular que o ISI e a AQ instigaram a criação, na Síria, da “Frente Al-Nusra” (FN), liderada pelo sírio Mohammad al-Golani (ou al-Julani), antigo operacional no Iraque. Algum tempo depois, em Abril de 2013, Bakr al-Baghdadi resolveu expandir o próprio ISI para a Síria e proclamou a instauração do “Estado Islâmico no Iraque e no Levante/ *ash-Sbām*” e a correspondente dissolução da FN no novo ISIL/ISIS. Al-Golani recusou esta manobra e declarou abertamente obediência ao “Emir” Zawahiri (sucessor de Bin Laden na liderança da AQ) que, por seu lado, instruiu al-Baghdadi a limitar as actividades do seu grupo ao Iraque. Contudo, este não recuou e concretizou a expansão do ISIS para a Síria, depois em conflito fratricida também com a FN, filial da AQ na Síria (Cafarella, 2014). O ISIS concentrou então os seus esforços em ocupar e administrar territórios e localidades nas áreas sunitas sírias, desencadeando paralelamente uma campanha similar no Iraque, numa rápida expansão.

O estabelecimento do “Califado”

Em 29 de Junho de 2014, o ISIS anunciou a alteração da sua designação para somente “Estado Islâmico” (EI), proclamou-se “Califado” e nomeou o seu líder Abu Bakr al-Baghdadi como “califa Ibrahim”. Evoluía, assim, de organização jihadista e insurgente para entidade territorial politicamente organizada, controlando uma vasta área com cerca de 40 mil km² (de Aleppo, na Síria, à província de Diyala, no Iraque) e uma população de sensivelmente 5,5 milhões de pessoas, consubstanciando, pois, um projecto fundamentalmente político mais do que um projecto religioso, ainda que o EI insista que os dois são inseparáveis (Rabbani, 2014: 2).

Ao proclamar-se “Califado”, o EI reivindica que *todos os muçulmanos* – indivíduos, Estados e organizações – lhe devem prestar obediência e fidelidade (*bay'ab*). Tal pretensão é evidentemente repudiada pela totalidade dos países islâmicos, inúmeras autoridades religiosas islâmicas e também, embora por razões distintas, por diversas organizações jihadistas, incluindo a AQ e seus filiados. Para o EI, contudo, tal reivindicação é não só inerente à condição de “Califado universal” como uma importante manobra propagandística.

A estratégia do EI passa por consolidar atributos enquanto “Estado” *de facto*: domínio territorial, organização política (logo a seguir ao “califa”, as províncias ou *wilayats* no Iraque e na Síria estão sob a autoridade de dois “governadores” em articulação com quatro conselhos principais – *sharia*, *shura*, militar e segurança – e inúmeros outros conselhos e coordenadores, das finanças

aos prisioneiros, replicados na cadeia de comando até ao nível local), administração da “segurança” e da justiça (com forças que operam, simultaneamente, como Exército, guerrilha, grupo terrorista e *gang* criminoso), controlo de serviços e recursos (dos transportes e comunicações à saúde, educação, abastecimento de água, electricidade ou petróleo) e, a partir daqui, regulação da economia e da sociedade.

Para financiamento das suas actividades, o EI conta com os milhões de euros e dólares roubados nos bancos e administrações das localidades sob seu domínio, os fabulosos proveitos da venda de petróleo a partir da dúzia de poços e refinarias que controla e os “donativos” individuais, tribais e de organizações jihadistas. Paralelamente, o EI financia-se através da cobrança de “impostos” e “taxas religiosas” às populações, roubo e extorsão, raptos e pagamento de resgates e tráficos de armas, de droga, de artefactos históricos e de órgãos humanos. O poderoso armamento de que o EI dispõe – invulgar na posse de grupos terroristas, desde carros de combate e veículos blindados a *bowtizers*, drones ou mísseis guiados antitanque – é proveniente de origens diversas, sendo a maioria dos armamentos e equipamentos comprados ou capturados a forças governamentais iraquianas e sírias e outros grupos opositores (Chivers, 2015). O EI prossegue práticas de “extermínio” não só de cristãos e judeus mas também contra populações muçulmanas, designadamente xiitas, curdos e yazidis, naquilo que a Amnistia Internacional descreve como “limpeza étnica” e a ONU como “crimes contra a Humanidade”. Na realidade, o IS não reconhece qualquer outra interpretação islâmica e jurisdição que não as suas, impondo a sua versão brutal da *sharia* contra todos os que considera “apóstatas” e “infieis” e implementando uma política de terror que inclui execuções sumárias e em massa, amputações, violações, imolações, decapitações ou crucificações, fazendo do Iraque e da Síria os países mais perigosos em termos de actividade terrorista, ao mesmo tempo que o EI se torna no grupo terrorista mais letal do mundo.

Por outro lado, o “terror” é componente vital da estratégia expansionista do EI pelo efeito “desmobilizador” que procura ter entre as forças opositoras e respectivos apoiantes, designadamente entre os contingentes governamentais sírios e iraquianos.

A expansão internacional do EI

O alarme provocado pelo estabelecimento do EI provocou uma alteração súbita do xadrez geopolítico na região e motivou uma muito ecléctica “frente anti-EI” a partir do Verão de 2014, incluindo a criação de uma ampla coligação internacional liderada pelos EUA e a articulação de posições até então impensável entre, fundamentalmente, países ocidentais, países árabes, o Irão, a Turquia, o governo iraquiano, os *peshmerga* curdos, diversos grupos insurgentes a operar na Síria ou até o próprio regime sírio de Bashar al-Assad... Os esforços locais, regionais e internacionais conseguiram conter a expansão territorial do EI, cessando também alguns anteriores apoios esta-

tais ao ISIS: actualmente, nenhum governo apoia o EI, que se colocou numa posição de inimigo de todos os Estados da região e do mundo. Contudo, tal não impediu a real expansão do EI para lá da Síria e do Iraque.

O número total de militantes e combatentes do EI é impreciso e difícil de calcular, mas todos os dados revelam que esse número vem crescendo continuamente: quando os EUA retiraram do Iraque, em 2011, o ISI contava com algumas centenas de membros; em Junho de 2014, calculava-se entre 5.000 e 10.000 o número de combatentes do ISIS; em meados de 2015, o número estimado de combatentes do EI varia entre 35.000 e 100.000.

Parte destes são “combatentes estrangeiros”, estimados actualmente em mais de 25.000 (comparativamente, o dobro dos que foram para o Afeganistão nos anos 1980), metade dos quais provenientes do Norte de África e Médio Oriente mas os restantes oriundos de todas as outras regiões do mundo, da Rússia (1000-1500) à Indonésia (520-550), China (300) ou EUA (100-130). Só da União Europeia terão partido mais de 6000 jihadistas para se juntarem ao EI, muitos da França (cerca de 1500), do Reino Unido (750) ou da Alemanha (700) mas também portugueses (15-20) (Franco e Moleiro, 2015).

Aos seus apoiantes que não podem ou não conseguem viajar para a Síria e o Iraque, o EI instiga-os à *jihad* nos países em que se encontram através de ataques contra os seus inimigos e outros “infieis”. E a realidade é que ao longo do último ano têm sido referenciados múltiplos eventos e atentados envolvendo jihadistas afectos ao EI em dezenas de países, do Afeganistão à Europa, da Tunísia à Austrália, Paquistão, Canadá ou Arábia Saudita... Ou seja, por via dos riscos associados quer à “atração” de novos jihadistas, quer ao regresso de “combatentes estrangeiros”, quer ainda à acção dos “lobos solitários” seus afectos, o EI passou a ser uma tremenda ameaça “interna” em muitas sociedades de todo o mundo.

Similarmente, instrui os seus militantes a prestar e organizar compromissos de fidelidade (*bay'ab*). E o facto é que, além de milhares de indivíduos, estão já referenciados 36 grupos jihadistas fora do Iraque e da Síria que prestaram *bay'at* ao “califa Ibrahim” ou se aliaram ao EI, desde o *Mujabideen Timor* da Indonésia ao Boko Haram da Nigéria. Para além disto, o EI estabeleceu até agora doze novos *wilayats* fora da Síria e do Iraque, concretamente no Afeganistão, na Argélia, no Egipto, na Líbia, na Arábia Saudita, no Iémen e na Nigéria. Pelo que a expansão do EI veio alterar os equilíbrios entre os grupos jihadistas e as voláteis conexões com movimentos insurgentes em vários outros palcos de conflito (Líbia, Líbano, Iémen ou até Afeganistão e Paquistão), tal como vem contribuindo para acirrar rivalidades históricas e a conflitualidade sectária entre muçulmanos sunitas e xiitas no seio de vários países (além da Síria e do Iraque, também Argélia, Tunísia, Líbano, Egipto, Jordânia, Paquistão ou Iémen) e, colateralmente, entre potências regionais (designadamente a Arábia Saudita sunita e o Irão xiita).

A expansão do EI é visível ainda, e muito particularmente, no ciberespaço. Desde logo, o EI mostra-se extraordinariamente hábil no uso da internet e das redes sociais para efeitos de propaganda, terror, radicalização e recrutamento, aspecto particularmente relevante na “atração” de jovens ocidentais. Além disso, *hackers* afectos ao EI, como o autodenominado “ciber-califado”, vêm perpetrando poderosos ataques informáticos, visando todo o tipo de alvos, desde comandos militares a agências governamentais ou órgãos de comunicação social.

O EI é, portanto, actualmente, uma ameaça mais grave, mais difusa e mais complexa, representando uma ameaça jihadista e terrorista de novo tipo, paraestatal, pelo que a anterior estratégia de contraterrorismo talvez não seja suficiente para o combater, como argumenta Audrey K. Cronin (2015). Dada a projecção que atingiu, o combate ao EI é territorial mas igualmente global, multidimensional e multi-instrumental. Por outro lado, a competição entre o EI e a AQ pela liderança do jihadismo global tende a fomentar ou a agravar conflitos e a instigar atentados numa lógica de afirmação da respectiva “marca” jihadista. Por isso, o combate contra o EI também não pode descurar a luta anti-AQ nem permitir o reforço desta e dos seus afiliados. ■

Nota

Texto baseado no artigo do autor “«Estado Islâmico» percurso e alcance um ano depois da auto-proclamação do «Califado»”. JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 6, N.º 1, Maio-Outubro 2015. Url: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol6_n1_art8.

Referências

- BRACHMAN, J. M. *Global Jihadism: Theory and Practice*. Routledge, 2009..
- BUNZEL, C. “Understanding the Islamic State (of Iraq and al-Saham)”. *NOREF Expert Analysis*, July 2014.
- CAFFARELLA, J. “Jabhat Al-Nusra in Syria. An Islamic Emirate for Al-Qaeda”. *Middle East Security Report 25*, ISW, December 2014.
- CHIVERS, C. J. “Where the Islamic State Gets Its Weapons” in *The New York Times*, April 27, 2015.
- CRONIN, Audrey Kurth. “ISIS Is Not a Terrorist Group. Why Counterterrorism Won't Stop the Latest Jihadist Threat”. *Foreign Affairs*, Vol 94, nº 2, March/April 2015.
- FRANCO, H. e MOLEIRO, R. *Os Jihadistas Portugueses*. Leya, 2015. IS-Islamic State. *This is the Promise of Allah*, 29 Junho 2014. Disponível em http://myreader.toile-libre.org/uploads/My_53b039f0cb03.pdf (acesso em 21/02/2015).
- RABBANI, M. “The un-Islamic State”. *NOREF Report*, September 2014.
- TOMÉ, L. “A morte de Bin Laden” in *Anuário Janus 2011-2012*. OBSERVARE-UAL, 2012: 100-101.